

**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2025.**

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, através de videoconferência pelo google.meet, às quinze horas e treze minutos, teve início a vigésima segunda reunião extraordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, coordenada pelo Presidente, senhor Narson de Sá Galeno, o qual cumprimentou os conselheiros. Com a palavra à secretária, senhora Josilene de Souza Rodrigues, efetuou a leitura do **ITEM 01– Edital de Convocação** número trinta e dois, o qual convocou os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Narson de Sá Galeno (Titular), Jorge Emanuel Amanajás Cardoso (Titular), Arnaldo Santos Filho (Suplente), Marcos Garbe (Titular), Helielson do Amaral Machado (Titular), Elionai Dias da Paixão (Titular), Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro (Titular), Jurandil dos Santos Juarez (Titular).** **Justificativa de ausência.** O Conselheiro Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem justificou sua ausência. **ITEM 02 – Apresentação dos Relatórios de Governança** referentes ao 1º e 2º trimestres do exercício de 2025, conforme encaminhado por meio do Ofício nº 130204.0077.1552.0048/2025 – ASPLAN/AMPREV. (Assessor Técnico de Planejamento - ASPLAN, sr. José Milton Gonçalves). Iniciando os trabalhos, o senhor Milton Gonçalves apresentou o Relatório de Governança Corporativa, destacando que sua elaboração cumpre uma das obrigações fundamentais do Pró-Gestão. Ressaltou que, conforme o item 3.2.1 do Manual do Pró-Gestão, a governança corporativa é definida como o conjunto de processos, políticas e normas que visam consolidar boas práticas de gestão, protegendo os interesses dos segurados e aumentando a confiança de investidores e apoiadores. Pontuou, ainda, que o eixo de governança do programa sustenta-se em quatro princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Foi informado aos presentes que o manual exige a disponibilização periódica deste relatório no site da unidade gestora, mediante a prévia submissão ao conhecimento dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Nesse sentido, o senhor Milton esclareceu que o objetivo da presente pauta é dar cumprimento formal a essa obrigação, informando que o Conselho Deliberativo já tomou conhecimento do documento em reunião ocorrida na semana anterior. Por fim, reiterou que o relatório funciona como um instrumento vital de transparência e prestação de contas da gestão perante este colegiado. Dando prosseguimento, o senhor Milton Gonçalves discorreu sobre a estrutura do Relatório de Governança Corporativa da instituição, ressaltando que, embora o manual do Pró-Gestão estabeleça requisitos mínimos, tais como dados dos segurados, receitas e despesas, evolução atuarial, gestão de investimentos, atividades dos órgãos colegiados, ações institucionais e canais de atendimento, o modelo adotado por este RPPS é mais abrangente. Explicou que tal ampliação é uma escolha estratégica da gestão para facilitar a consolidação do Relatório de Gestão anual exigido pelo Tribunal de Contas, integrando as informações de forma antecipada e eficiente. No que tange à periodicidade, foi informado que o atual nível de certificação do Instituto, nível III, exige apenas a elaboração semestral do documento. Contudo, por decisão da Presidência visando o atingimento dos critérios de excelência do nível IV, foi alterado de semestral para trimestral. Destacou-se que, após a elaboração de relatórios semestrais no exercício anterior, a equipe técnica realizou a transição para o modelo trimestral no decorrer deste ano, garantindo maior tempestividade na prestação de contas e no monitoramento das metas da organização. Finalizando a explicação, o senhor Milton Gonçalves informou que, para o exercício de 2025, o RPPS consolidará a prática da periodicidade trimestral, com a emissão de quatro relatórios de governança, assegurando o cumprimento contínuo dos requisitos do Nível IV do Pró-Gestão. Ressaltou que, logo após a ciência deste colegiado e a devida publicação no site oficial, o documento será remetido de forma direta aos Poderes. Informou que, no âmbito interno da AMPREV, o Ato Normativo nº 02 é o instrumento que regulamenta o Relatório de Governança, detalhando em seu Artigo 1º as normas de elaboração, no Artigo 4º as responsabilidades e periodicidade, e no Artigo 5º o trâmite processual ora seguido. Por fim, o senhor Milton deu início à apresentação técnica dos dados, ressaltando que,



embora a estrutura se mantenha padronizada, as variações entre os trimestres refletem a evolução real e dinâmica dos dados do RPPS, permitindo um acompanhamento da situação previdenciária. Em seguida, iniciou-se a apresentação do relatório, em sua seção inicial, destacou que o sumário é interativo, permite a navegabilidade direta e imediata ao selecionar qualquer indicador ou seção, o usuário é redirecionado automaticamente à informação desejada. Foi detalhado que, através das informações iniciais, a AMPREV cumpre integralmente as exigências do Manual do Pró-Gestão. O relatório apresenta, de forma organizada e acessível, todos os itens solicitados para a certificação, tais como: quantitativo de servidores e pensionistas, resumo da folha de pagamento, valores de arrecadação, Comitê de Investimentos, além da estrutura física de atendimento. A apresentação demonstrou que o documento não apenas reporta dados, mas serve como ferramenta de prova da conformidade do regime perante as instâncias de controle. Prosseguindo com a apresentação, foram detalhados os elementos estruturantes do relatório, que incluem a identificação e os atributos da unidade de gestão, o planejamento estratégico, a estrutura de governança e o programa de execução da despesa orçamentária, além de tópicos especiais. Foi conferido especial destaque ao processo de evolução institucional da AMPREV. Ressaltou-se que o Relatório de Governança assim como o Relatório de Gestão consolidou-se como um instrumento robusto e integrador, sendo composto por relatórios setoriais detalhados. Como prova dessa maturidade na gestão, o documento incorpora anexos específicos e fundamentais, tais como: Investimentos, Contabilidade e Imagem Institucional, garantindo que todas as informações técnicas estejam vinculadas e acessíveis em um único corpo de governança. Em seguida, iniciou-se a apresentação do relatório, em sua seção inicial, destacou que o sumário é interativo, permite a navegabilidade direta e imediata ao selecionar qualquer indicador ou seção, o usuário é redirecionado automaticamente à informação desejada. Foi detalhado que, através das informações iniciais, a AMPREV cumpre integralmente as exigências do Manual do Pró-Gestão. O relatório apresenta, de forma organizada e acessível, todos os itens solicitados para a certificação, tais como: quantitativo de servidores e pensionistas, resumo da folha de pagamento, valores de arrecadação, Comitê de Investimentos, além da estrutura física de atendimento. A apresentação demonstrou que o documento não apenas reporta dados, mas serve como ferramenta de prova da conformidade do regime perante as instâncias de controle. Prosseguindo com a apresentação, foram detalhados os elementos estruturantes do relatório, que incluem a identificação e os atributos da unidade de gestão, o planejamento estratégico, a estrutura de governança e o programa de execução da despesa orçamentária, além de tópicos especiais. Foi conferido especial destaque ao processo de evolução institucional da AMPREV. Ressaltou-se que o Relatório de Governança assim como o Relatório de Gestão consolidou-se como um instrumento robusto e integrador, sendo composto por relatórios setoriais detalhados. Como prova dessa maturidade na gestão, o documento incorpora anexos específicos e fundamentais, tais como: Investimentos, Contabilidade e Imagem Institucional, garantindo que todas as informações técnicas estejam vinculadas e acessíveis em um único corpo de governança. Em seguida, passou-se a discorrer sobre as informações contidas no relatório, destacando-se o treinamento da equipe para que os setores elaborem seus próprios relatórios, ampliando a transparência e o acesso aos dados pelos segurados. Ressaltou que informações complementares encontram-se detalhadas nos anexos, conforme citado recorrentemente ao longo do documento. Tanto a introdução quanto a conclusão sintetizam informações relevantes, com destaque para o recebimento de 193 requerimentos de benefícios/revisões. Foram apresentados, ainda, indicadores como o tempo médio de atendimento, benefícios cessados, quantitativo de pessoas em folha e valor total. Por fim, apontou-se como dificuldade do bimestre a pendência na conclusão de 38 processos. Esclareceu-se que as informações iniciais permanecem constantes ao longo do exercício, visto que derivam do cálculo atuarial anual. Quanto aos dados dos inativos, a planilha reflete o posicionamento do mês de junho, encerramento do segundo trimestre. Tais informações estão detalhadas e segregadas por grupo, civil e militar, plano financeiro e previdenciário e tipo de benefício, respeitando a segregação de massa. De igual modo, o tratamento dos dados relativos aos pensionistas segue a mesma metodologia,



discriminando quantitativos por plano e categoria, com o suporte de gráficos ilustrativos para ambas as classes. O relatório contempla, ainda, o gráfico da execução orçamentária, indicando um montante empenhado de aproximadamente R\$ 459 milhões. O documento reúne informações do Comitê de Investimentos e da Política de Investimentos, além das atividades dos demais colegiados, como o Conselho Estadual e o Conselho Fiscal, cujos relatórios detalhados constam como anexos. No âmbito da gestão, são apresentadas as atividades institucionais e de gestão de pessoal, sendo os dados fornecidos pelas respectivas unidades setoriais. A ASPLAN (Assessoria de Planejamento), sob a gestão da chefia atual, atua na consolidação dessas informações, integrando os relatórios técnicos como anexos ao documento principal. O relatório abrange também informações relativas ao quadro de estagiários e menores aprendizes, à gestão orçamentária, contratos, controle interno e ao cumprimento de decisões judiciais. Adicionalmente, apresenta o detalhamento do arcabouço normativo vigente desde 2022, que disciplina a tramitação de processos e a análise de concessões de aposentadorias e pensões. Ressalta-se que o documento contempla todas as normas internas em vigor, inclusive as adequações exigidas pelo Pró-Gestão, assegurando a formalização e a conformidade dos instrumentos normativos necessários à certificação. No item referente à Execução Orçamentária e Gestão de Pessoal e Terceirização, são apresentados os custos dos últimos três exercícios, com base em informações fornecidas pelo setor de Folha de Pagamento. O relatório contempla informações sobre o quadro de pessoal, incluindo ações de capacitação, com indicação do número de servidores capacitados e/ou certificados. Apresenta, também, os gastos com vencimentos e salários da folha de pagamento, encargos sociais, tais como FGTS, contribuições previdenciárias, indenizações e restituições trabalhistas. No que se refere à contratação de mão de obra terceirizada, são detalhadas as despesas com serviços de vigilância, serviços gerais e gestão do patrimônio imobiliário. Destacam-se, igualmente, informações relativas à frota de veículos, incluindo gastos operacionais, bem como dados sobre o patrimônio da AMPREV, abrangendo a relação de bens patrimoniais existentes. O relatório aborda, ainda, a Gestão da Tecnologia da Informação, bem como a Gestão de Recursos Renováveis, descrevendo as práticas adotadas pela AMPREV, como ações voltadas à economia de energia elétrica, ao direcionamento de resíduos para reciclagem ou reutilização e à observância da legislação vigente. No que se refere aos procedimentos licitatórios, as informações estão disponibilizadas no Portal da Transparência. Há, ainda, o Anexo Permanente de Licitações, que contém dados detalhados sobre licitações, contratos e convênios, todos consolidados no relatório da Gerência Administrativa, incluindo a relação de obras. Ressaltou que o relatório de governança é um instrumento de ampla transparência da instituição. O documento disponibiliza links para os canais oficiais, incluindo o portal de licitações e anexos detalhados sobre a execução contábil. No que tange aos dados financeiros, informou-se que os termos de parcelamento, a divisão de arrecadação e os comparativos de receita e despesa, bem como o controle bancário, encontram-se integralmente detalhados em anexo. Quanto aos investimentos, as informações constam no demonstrativo de consolidação da carteira de ativos. Recebeu destaque especial a atuação do setor de Compensação Previdenciária (COMPREV), que no período reportado alcançou uma arrecadação de R\$ 2.846.000,00 (dois milhões oitocentos e quarenta e seis mil reais), valor este fundamental para o fluxo de caixa da instituição. Concluindo a apresentação, enfatizou-se que o Relatório de Governança da AMPREV consolidou-se como um instrumento de ampla transparência, fundamentado no Ato Normativo nº 001/2021 – DIEX/AMPREV. A apresentação foi encerrada com o reconhecimento ao apoio do Conselho Fiscal, reforçando que a gestão permanece receptiva e disposta a implementar as inovações e melhorias sugeridas por este conselho. O Presidente agradeceu ao senhor Milton pela explanação, ressaltou que o conteúdo apresentado é essencial para o nivelamento de informações, especialmente para os novos integrantes, facilitando a compreensão da dinâmica institucional. Após a manifestação dos demais Conselheiros, o senhor Milton agradeceu a oportunidade, colocou-se à disposição e retirou-se da sessão. O Conselheiro Arnaldo apresentou a certidão de ciência do relatório, com a seguinte redação: *O Conselho Fiscal da Amapá Previdência reuniu-se em sua 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2025, para apreciar a*



apresentação dos Relatórios de Governança referentes ao 1º e 2º trimestres do exercício de 2025. Conforme previsto no Manual do Pró-Gestão, cabe a este Colegiados da AMPREV tomar conhecimento dos referidos relatórios. O Assessor Técnico de Planejamento - ASPLAN, Sr. José Milton Gonçalves, realizou a explanação acerca das informações constantes nos Relatórios de Governança, registrando-se a intervenção dos Conselheiros exclusivamente para esclarecimentos e apresentação de sugestões. Pelo exposto, este Colegiado consigna ciência quanto aos Relatórios de Governança apresentados e encaminha para as demais deliberações pertinentes. Todos concordaram com a redação, após as assinaturas será encaminhado para a ASPLAN. **ITEM 03 – Comunicação dos Conselheiros.** Não houve. **ITEM 04 – O que ocorrer.** Próxima agenda de reunião será dia 19 de novembro de 2025. E nada mais havendo a tratar, o Presidente do COFISPREV encerrou a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos, agradecendo a presença de todos. A ata foi redigida por mim, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, e será assinada pelos Conselheiros e Conselheira presentes. Macapá - AP, 17 de novembro de 2025.

Narson de Sá Galeno

**Conselheiro Titular/Presidente do COFISPREV**

Adriene Ribeiro Benjamin Pinheiro

**Conselheira Titular/Vice-Presidente do COFISPREV**

Elionai Dias da Paixão

**Conselheiro Titular**

Jorge Emanuel Amanajás Cardoso

**Conselheiro Titular**

Arnaldo Santos Filho

**Conselheiro Suplente**

Jurandil dos Santos Juarez

**Conselheiro Titular**

Marcos Garbe

**Conselheiro Titular**

Helielson do Amaral Machado

**Conselheiro Titular**

Josilene de Souza Rodrigues

**Secretária**

